

**6 - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
ANÁLISE A PARTIR DO FECHAMENTO E REABERTURA DA
ESCOLA MARCOLINO DE FREITAS BARROS NO MUNICÍPIO
DE SUMÉ-PB**

Carla Mailde Feitosa Santa Cruz
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
carlacavn@hotmail.com

Maria Luiza Pareira Leite
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
marialuizapereiraleite@hotmail.com

Resumo:

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da realização do estágio docência na disciplina identidade e territorialidade, do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, no Campus de Sumé - PB. Foi realizada análise do processo de fechamento da escola do campo Marcolino de Freitas Barros, no município de Sumé-PB, a partir do que estabelece a lei 12.960 de março de 2014 – que dispõe sobre o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas – com ênfase no movimento de resistência das mães e dos pais das crianças que lutaram pela reabertura da escola. Teoricamente este estudo vincula-se aos estudos Pós-coloniais Latino-Americanos, que nos permite compreender como opera o poder hegemônico na produção e legitimação dos saberes, e através destas lentes teóricas, analisar os movimentos de resistência dos povos do campo como movimento de Decolonialidade. Utilizo também as contribuições teóricas de Gohn (2011) onde esta aborda a importância dos movimentos sociais na garantia de princípios básicos de cidadania, entre estes a educação. Os dados deste estudo demonstram que o processo de fechamento da Escola Marcolino de Freitas Barros ocorreu de forma ilegal, pois não seguiu o que estabelece a lei que regulamenta o fechamento das escolas do campo. O processo de luta pela reabertura da escola constitui-se como importante fundamento didático-pedagógico tanto para os sujeitos das comunidades rurais que participaram do processo de luta pela permanência da escola, quanto para afirmação identitária da educação do campo, que aprenderam que somente através do movimento é possível reagir à opressão, sendo este um fundamento precioso da educação do campo e da conquista da cidadania.

Palavras- chave: Educação do Campo. Movimento Social. Cidadania.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da realização do estágio docência na disciplina identidade e territorialidade, do curso de Licenciatura Interdisciplinar em

Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, no Campus de Sumé - PB. Através do estudo de movimentos sociais e identitários próximos do nosso contexto foi que surgiu o objeto desta investigação: o processo de fechamento da escola do campo Marcolino de Freitas Barros, no município de Sumé-PB, a partir do que estabelece a lei 12.960 de março de 2014 – que dispõe sobre o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas – com ênfase no movimento de resistência das mães e dos pais das crianças que lutaram pela reabertura da escola.

O interesse pela temática foi motivado também por ser egressa do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, por ter trilhado os primeiros anos da minha vida escolar na referida escola e por ser parte da comunidade na qual a escola está situada. Assim, entender e dar visibilidade a luta pela permanência da escola na comunidade é algo mais que uma simples pesquisa acadêmica, é uma oportunidade de retornar as minhas origens e sair em defesa da educação do campo.

Teoricamente este estudo vincula-se aos estudos Pós-coloniais Latino-Americanos, que nos permite compreender como opera o poder hegemônico na produção e legitimação dos saberes, e através destas lentes teóricas, analisar os movimentos de resistência dos povos do campo como movimento de Decolonialidade. Para Silva et al (2014) os Estudos Pós-coloniais surgem da necessidade de afirmação política, social, cultural e epistêmica dos povos historicamente silenciados pela Modernidade/Colonialidade, dentre eles os povos camponeses. Utilizo também as contribuições teóricas de Gohn (2011) onde esta aborda a importância dos movimentos sociais na garantia de princípios básicos de cidadania, entre estes a educação.

Possibilitar a discussão sobre educação do/no campo no contexto brasileiro é dar vez e voz a atores sociais que historicamente foram marginalizados e silenciados pelas ciências e pelas políticas públicas. Foi com este propósito que esta pesquisa foi realizada, na tentativa de demonstrar a resistência e as estratégias dos povos que lutaram pela permanência da escola na comunidade Carnaúba de Cima, afirmando com isto a importância da educação do/no campo e as estratégias de luta para o exercício da cidadania. Contextualizar os desafios enfrentados e as estratégias de lutas dos sujeitos que compõem a luta pela educação do campo contribui para fortalecer o movimento em defesa das escolas do campo.

Tomo de empréstimo o trecho da música de Gilvan Santos para retratar a luta dos que reivindicam o direito a educação do campo:

Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola.

Esta é a tônica que dá sentido a luta por uma educação do campo, no campo: a luta por um direito que historicamente vem sendo subtraído. É o que mostram os dados referentes ao fechamento de escolas do campo nos últimos anos. Tomando como referência a luta das mães e dos pais pela permanência da escola na comunidade rural Carnaúba de Cima, trago uma breve discussão sobre a importância dos movimentos sociais na concretização de direitos.

Por se tratar de uma pesquisa que buscou analisar os fundamentos de um processo e interpretar sua significação em determinado contexto, utilizou-se abordagem qualitativa. Metodologicamente este estudo foi conduzido através da pesquisa exploratória com a finalidade de compreender o seguinte problema de pesquisa: o processo de fechamento da Escola Marcolino de Freitas Barros no ano de 2015 foi realizado observando o que estabelece a Lei 12.960 de 27 de março de 2014? A partir desta investigação busca-se trazer reflexões sobre a importância do movimento encabeçado pelas mães e pelos pais das crianças que lutaram pela reabertura da escola. Também traz uma panorama do fechamento de escolas do campo nos últimos anos no município de Sumé-PB.

Para Gil (2007), a pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou construir hipóteses.

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados adotou-se o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica. Para Fonseca,

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p.33).

Buscou-se analisar o processo de fechamento e reabertura da escola Marcolino de Freitas Barros a partir de uma perspectiva interpretativa, onde os principais sujeitos envolvidos com a problemática foram ouvidos e expressaram os caminhos trilhados para assegurar a continuidade da escola na comunidade e o exercício da cidadania. Para Gohn

(2011) os movimentos sociais são forças preponderantes para conquistar e efetivar direitos sociais. Ao discorrer estes movimentos sociais, a autora expõe,

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 335)

Estes caminhos trilhados pelos que lutam pela educação do campo nos possibilita compreender que existe um distanciamento entre o marco normativo e a efetivação de direitos, tendo os movimentos sociais de resistência um papel significativo na implementação destes direitos.

Ao utilizar estas técnicas, possibilitou-se dar vez e voz aos sujeitos envolvidos diretamente com o objeto de pesquisa, por compreender que eles próprios são sujeitos produtores de conhecimentos que precisam ser valorizados e evidenciados nos estudos acadêmicos, principalmente na luta pela educação do campo e suas especificidades, já que é um movimento que tem como protagonistas principais os próprios povos do campo. Caldart (2009) elucida a importância dos sujeitos do campo neste processo:

Talvez esta seja a marca mais incômoda da Educação do campo (inclusive para certas ortodoxias de esquerda) e sua grande novidade histórica: os sujeitos que põe em cena como construtores de uma política de educação e de uma reflexão pedagógica. O vínculo de origem da Educação do campo é com os trabalhadores ‘pobres do campo’, trabalhadores sem-terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra ‘o estado da coisa’, para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo (CALDART, 2009, p.41).

Para compreensão do processo de fechamento e reabertura da escola Marcolino de Freitas Barros foram realizadas entrevistas semiestruturada com a professora da Escola Marcolino de Freitas Barros e com a mãe de uma criança, que foi uma das mulheres protagonistas no processo de luta pela reabertura da escola. Também houve uma conversa informal com a coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação do município, que esteve na condução do processo de fechamento da escola. Para efeitos de reguardar o anonimato das entrevistadas aqui foi adotado as siglas: MMF e FSK em substituição dos nomes das mesmas. A fonte documental analisada nesta pesquisa foi uma carta produzida por mães das comunidades Carnaúba de Cima e Carnaúba de Baixo e

publicizada em um programa de rádio de grande audiência na região, como estratégia de luta pela reabertura da escola.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a interpretação das informações coletadas à luz das produções teóricas sobre educação do campo, movimentos sociais e dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos, trazendo com isto contribuições para compreensão das estratégias de luta dos movimentos sociais pela afirmação da educação do campo e dos saberes produzidos pelos povos do campo quando da afirmação de suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade rural de Carnaúba de Cima está localizada no município de Sumé, no Cariri Ocidental da Paraíba, distando aproximadamente 30 km da sede do município. Residem nas comunidades aproximadamente quarenta e duas famílias e cento e sessenta moradores.

É neste contexto que está situada a Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Marcolino de Freitas Barros, aqui denominada Escola Marcolino de Freitas Barros, e é a partir deste contexto que proponho discutir a Educação do/no Campo, com enfoque no processo de fechamento da referida escola, analisado a partir do que estabelece a Lei 12.960 de 27 de março de 2014 e no protagonismo dos sujeitos que lutaram pela permanência da escola na comunidade.

Regularmente a Escola Marcolino de Freitas Barros atende as demandas da Educação infantil e Ensino Fundamental I e mais recentemente passou a atender a Educação de Jovens e Adultos - EJA. São treze educandos matriculados no ensino regular com faixa etária entre 04 e 12 anos de idade. Para atender esta modalidade funciona uma sala de aula multisseriada com uma professora da comunidade. Na modalidade EJA encontram-se matriculados 11 alunos no Ensino Fundamental I e 17 alunos no Ensino Fundamental II, para atender esta modalidade foram contratadas recentemente três professoras.

O histórico da escola na comunidade data dos anos de 1970. Anterior à existência desta, o ensino era realizado na casa das professoras. Decorridos aproximadamente 45 anos da sua existência, muitos foram os educandos que por ali passaram, algumas gerações tiveram a oportunidade de trilhar os primeiros passos da vida escolar naquele “grupo escolar”, que sempre funcionou para atender a educação Infantil e o Ensino Fundamental I. A partir de 2015 passa a integrar a história da Escola Marcolino de Freitas

Barros o processo de fechamento e a luta pela reabertura da mesma, fatos ocorridos naquele ano.

Em janeiro de 2015 foram reunidos na escola da comunidade: mães, pais, professora da educação infantil, os quais foram convocados por representantes da Secretaria de Educação do Município de Sumé, para comunicar o fechamento da Escola Marcolino de Freitas Barros e informar que a partir daquele ano letivo as crianças seriam transportados para estudar na escola da Comunidade Pitombeira, que localiza-se à aproximadamente 22 quilômetros da comunidade Carnaúba de Cima. A principal justificativa apresentada pelos funcionários da Secretaria Municipal de Educação foi a não existência do número de educandos suficientes para permanência da escola na comunidade Carnaúba.

Na referida reunião toda a comunidade presente posicionou-se contrária à decisão de fechamento da escola. Relataram a importância do ensino na comunidade para os filhos e buscaram todas as formas de justificar a continuidade da mesma, no entanto, não houve acordo e a partir daquele dia a escola foi declarada fechada.

A realidade que as crianças e os responsáveis enfrentaram a partir do início do ano letivo de 2015 foi frustrante e desesperadora. Seus filhos expostos a degradantes condições até chegar à escola mais próxima, percurso de aproximadamente 44 km diários entre a saída da comunidade e o retorno da comunidade a de destino, onde foi realizada a nucleação da escola.

No trecho de uma entrevista realizada e no trecho da carta produzida como forma de reivindicação pela reabertura da escola são relatadas estas condições:

Está sendo muito difícil nossos filhos levantarem de 5 horas e retornar pra casa de 13:00 a 13:30.(...) nossas crianças chegam muito cansadas, sensibiliza qualquer pai que tenha responsabilidade. Tem criança que sai de casa sem tomar café, por não gostar de comer cedo e chegando a escola só vão merendar as 9:00.Além de acordar e sair cedo, chegavam tarde, cansados, na hora quente(MMF;FSK,2015).

Após duas semanas nós já estávamos em desespero, não tinha condição, não tinha ninguém para ir tomando conta destes meninos até chegar à outra escola (MMF, 2015).

Os Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos nos possibilita compreender que o processo de fechamento das escolas do campo segundo Silva et al (2014, p.16) está fundamentado em três eixos da Colonialidade, “os sujeitos não podem, não sabem e não são, portanto, seus territórios de origem são insignificantes”.

Outros elementos que nos possibilita compreender que o processo de fechamento das escolas do campo é um processo fundado nos pressupostos coloniais é que este tem como principal fundamento a economicidade, sendo esse o principal motivo da tomada de decisão por parte do gestor municipal para justificar o fechamento da escola da comunidade Carnaúba. Nesta lógica, a educação é entendida como gasto e não como investimento. As políticas públicas para os povos do campo, em sua maioria, são apresentadas como favores, não como direitos.

Pesquisas revelam que este processo de fechamento das escolas do campo não são fenômenos isolados, mas, a continuidade de um processo que vem ocorrendo ao longo dos anos, tanto no município de Sumé, como no Brasil inteiro. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contabilizou o fechamento de 24 mil escolas em todo o país entre 2002 e 2009, sendo que 80% destas eram rurais. A região Sudeste foi responsável por 20% deste total, enquanto o Norte e o Centro-Oeste foram responsáveis cada um por 39% das escolas fechadas, o Nordeste 22% e o Sul 14%⁵⁴⁸.

Panorama de fechamento das escolas rurais do município de Sumé nos últimos anos

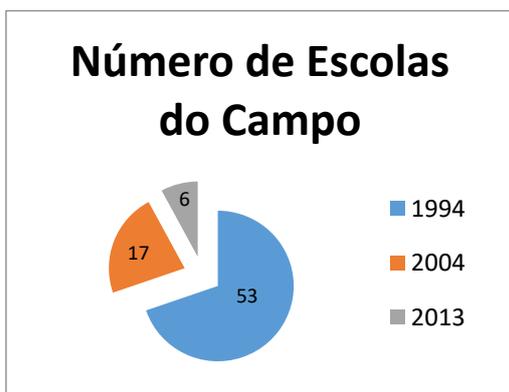
O diagnóstico da situação das escolas do campo no município de Sumé-PB não difere de outros municípios da região do Cariri Paraibano e de muitos outros do pelo Brasil afora⁵⁴⁹, estão sendo fechadas e as crianças e/ou adolescentes sendo obrigados a estudar na sede do município ou em escolas de outras comunidades rurais.

Abaixo são apresentados dados sobre o fechamento das escolas do campo e número matrículas nos últimos anos no município de Sumé-PB.

⁵⁴⁸ CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. O processo de fechamento de escolas rurais no estado do rio de janeiro: a nucleação escolar analisada a partir da Educação do campo, 2012.

⁵⁴⁹ Ver http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1066_1.pdf

Gráfico 1- Número de escolas do campo entre 1994 e 2013 no município de Sumé.



Fonte: Miranda (2014)

Gráfico 2- Número de matrículas nas escolas do campo do município de Sumé entre 1994 e 2013.



Fonte: Miranda (2014)

De acordo com Miranda (2014), entre os anos de 1994-2013, ocorreu o fechamento de 47 escolas do campo no município de Sumé-PB e o número de matrículas nestas escolas foi drasticamente reduzido no mesmo período, caindo de 992 para 257. Significa que no período analisado 89% das escolas do campo do município de Sumé foram fechadas e o número de matrículas foi reduzido em 75%, o que nos conduz as seguintes hipóteses: o fechamento das 47 escolas no município de Sumé ocorreu por não haver demanda de alunos no campo para continuar a funcionar ou pelo entendimento dos gestores que seria mais econômico transportar estes alunos para outras escolas ao invés de manter as escolas nas comunidades? Ou o campo foi esvaziado neste período ou o fechamento das escolas obrigou os pais a matricular os alunos nas escolas da cidade.

Ante a constatação dos gestores municipais de que não existem demandas para permanência das escolas no campo, trago as contribuições de Caldart (2002), onde esta postula que os sujeitos de direito da Educação do Campo, são os sujeitos do campo em suas diversidades:

A Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade em comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino(CALDART, 2002, p.19).

É preciso assegurar o direito das populações do campo a educação, seja no ensino regular ou ofertando educação para aqueles que já foram historicamente marginalizados pelas propostas excludentes de educação.

O fechamento da Escola Marcolino de Freitas Barros e a Lei 12.960 de 27 de março de 2014

A Lei 12.960 de 27 de março de 2014 é um marco jurídico que em tese dificulta o fechamento das escolas do campo. Em tese, porque é necessário analisar em que medida os dispositivos desta lei vêm sendo cumpridos pelos gestores municipais.

A lei dispõe em seu parágrafo único:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

As informações obtidas através desta pesquisa revelaram que o processo de fechamento da Escola Marcolino de Freitas Barros não seguiu o estabelecido na Lei 12.960 de 27 de março de 2014, mesmo este processo tendo ocorrido após a lei ter sido sancionada e ter entrado em vigor. O órgão normativo do sistema de ensino municipal do município de Sumé é o Conselho Municipal de Educação, que em nenhuma assembleia pautou, discutiu ou analisou o fechamento da referida escola, assim como não foi realizado diagnóstico os impactos da ação para as comunidades envolvidas. Quando a comunidade escolar foi ouvida sob tal processo manifestou-se totalmente contrária à decisão, mesmo assim a escola foi fechada. Analisando a importância dos conselhos no exercício da cidadania, Gohn (2011, p.355) expõe,

Apesar de a legislação incluir os conselhos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa e instituí-los como novos atores deliberativos e paritários, vários pareceres oficiais têm assinalado e reafirmado o caráter apenas consultivo dos conselhos, restringindo suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão ou deliberação.

Diferentemente do que postula Locks, Gaupe e Pereira (2015), as escolas do campo continuam sendo fechadas, mesmo após a publicação da citada lei, mostrando que existe um distanciamento entre o dispositivo legal e a efetivação de direitos.

A partir deste processo, observa-se que apenas o entendimento do gestor municipal foi considerado isoladamente na decisão de fechamento da escola, baseado em critérios técnicos e levando em consideração apenas o princípio da economicidade, o que revela o descaso com as populações do campo. É a lógica perversa do capitalismo que entende a educação como gasto e não como investimento.

O processo de fechamento e reabertura da Escola Marcolino de Freitas Barros revela questões importantes para análise: a proposta de fechamento da escola seguiu a lógica de homogeneização das diferenças, não levando em conta as especificidades dos que clamaram pela continuidade da escola na comunidade; a educação do campo continua a ser segundo plano nas políticas públicas municipais no município de Sumé.

A proposta do capitalismo globalizante implica num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 107). É a homogeneização das diferenças, o esquecimento das diversidades socioculturais e silenciamento dos saberes presentes nos mais diversos espaços, entre eles, o campo.

Com a publicação da Lei 12.960 de 27 de março de 2014 observa-se a necessidade de fortalecimento do controle social e da intensificação dos movimentos sociais do campo no Conselho Municipal de Educação, pois neste espaço que são tomadas decisões importantes para as escolas do campo.

Para Caldart (2002, p.20) “foram e são as constatações de violenta desumanização da vida no campo que fez surgir o movimento por uma educação do campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão que exige transformações sociais estruturais e urgentes”.

Manter a escola da comunidade Carnaúba aberta é uma forma de assegurar este direito. A justificativa de não haver demanda para funcionamento da escola não se sustenta, pois atualmente encontram-se matriculados 41 educandos, sendo 13 no ensino regular e 28 na EJA. Dos alunos matriculados na modalidade EJA, três estão em processo de alfabetização, o que reforça a necessidade de intensificação da educação do campo também para aqueles que não tiveram acesso em idade apropriada.

O movimento de luta pela reabertura da escola Marcolino de Freitas Barros

O movimento iniciado pelas mães e estendido para todas as pessoas das comunidades Carnaúba de Cima e de Baixo para reabertura da escola foi feito em forma de abaixo-assinado e da publicação de uma carta na Rádio Cidade de Sumé relatando todo

o sofrimento das crianças e dos pais,. A estratégia utilizada foi publicizar o fechamento da escola e as consequências deste processo em programa de grande audiência, para que pudesse sensibilizar o prefeito a reabrir a escola.

Os principais problemas apontados por uma das mães entrevistadas após o fechamento da escola foram: o longo trajeto até chegar à escola de outra comunidade, o acordar cedo demais e o sair sem tomar café, a falta de segurança no transporte escolar, os riscos relacionados ao período de inverno e o cansaço das crianças, que após a segunda semana de aula já estavam desmotivados e na perspectiva de desistir de estudar.

Além destes argumentos, foram também citados na carta de reivindicação: a relevância das comunidades Carnaúba de Cima e Carnaúba de Baixo no município de Sumé; a quantidade de eleitores das duas comunidades, que totalizam aproximadamente 80; o reconhecimento de que são titulares de direitos e que é possível a continuidade da escola na comunidade e a união dos povos das duas comunidades em defesa da escola.

O movimento de resistência dos que lutaram pela reabertura da escola é entendido por Walsh (2008 p. 135, *apud* Silva et al, 2014,p.16) como Decolonialidade.

Ressaltamos que simultaneamente à dominação colonial, ocorreram resistências. A Colonialidade, (...), não conseguiu se estabelecer completamente nas relações políticas, sociais e epistêmicas nos territórios colonizados, tanto no período colonial, como no contexto neoliberal contemporâneo. Destacamos que a forma de afirmação da existência e da resistência dos que não se enquadram aos modelos coloniais é conceituada por como Decolonialidade.

Este movimento realizado em defesa da escola do campo na Comunidade Carnaúba de Cima respalda o que está contido nos princípios da educação do campo:

Conhecimento, todas as pessoas possuem e podem construir. Tais conhecimentos precisam garantir elementos que contribuam para uma melhor qualidade de vida. Os vários saberes não têm fins em si mesmo, eles são instrumentos para intervenção e mudança de atitudes dos vários segmentos neste processo de renovação. Os que vivem no campo podem e têm condições de pensar uma educação que traga como referência as suas especificidades para incluí-los na sociedade como sujeitos de transformação (BRASIL, 2004).

O reconhecer-se enquanto sujeitos de direito das políticas públicas para o campo foi preponderante na afirmação da identidade da escola na comunidade, com isto os sujeitos lutaram por seus direitos, e a partir do reconhecimento de suas especificidades conseguiram transformar uma realidade que a priori estava posta e seria irreversível. Na

semana seguinte após a publicação da carta e da entrega do abaixo-assinado ao gestor municipal a escola foi reaberta.

Para Gohn (2011, p.346) “lutas e movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais, ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. Lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania”.

Felizmente, as estratégias de luta das mães e pais, apoiados pelos moradores das comunidades rurais de Carnaúba de Cima e Carnaúba de Baixo, resultaram na reabertura da escola da comunidade no mês de março de 2015, tendo a escola permanecida fechada por apenas um mês. Os movimentos sociais são responsáveis por mudanças significativas na conquista e efetivação de direitos, entre eles o direito a Educação do/no Campo – não fosse à luta travada pelas pessoas das comunidades certamente a escola estaria fechada.

De acordo com Gohn (2011, p.336) os movimentos sociais ao realizarem uma ação coletiva são aglutinadores de identidades, pois de alguma forma contempla os direitos coletivos. Para a autora,

A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

Neste sentido, faço algumas considerações sobre a importância deste movimento pela reabertura da Escola Marcolino de Freitas Barros e sua contribuição para fortalecimento da identidade da educação do campo e da própria comunidade.

Fortalecimento da identidade da educação do campo a partir do processo de fechamento e reabertura da escola

Observa-se que a situação de desespero pela qual passaram as mães e os pais das crianças das comunidades Carnaúba de Cima e Carnaúba de Baixo é absolutamente compreensível e justificável, uma vez que as crianças entre 04 e 12 anos de idade foram submetidas as mais degradantes condições para ter acesso à escolarização, entre estes agravantes, o transporte escolar. O transporte escolar tem sido apontado como um dos principais problemas da educação oferecida às populações do campo, pois tem sido feito

de maneira inadequada e, na maioria das vezes, conduzindo crianças das localidades rurais para as urbanas⁵⁵⁰.

Parte das escolas que são fechadas acarretam estes e outros danos aos educandos, aos seus responsáveis e às populações do campo. É no sentido de assegurar um direito fundamental para as populações do campo que a Lei 12.960 de 27 de março de 2014 vem fortalecer os movimentos sociais que lutam pela Educação do/no Campo.

As entrevistas realizadas revelaram ainda que diferentemente dos pais, parte das crianças da Escola Marcolino de Freitas Barros receberam a notícia com satisfação, pelas promessas de estudar fora, conhecer outros espaços, conviver com outra realidade; no entanto, após um mês as próprias crianças já estavam exaustas, desmotivadas e sem querer mais frequentar a escola, pois a condições as quais foram submetidas levaram-nas a constatação de que a escola da comunidade significa muito para eles.

Entre o fechamento e a reabertura da Escola Marcolino de Freitas Barros decorreu-se um mês e meio. O enfrentamento das adversidades e a luta pela reabertura da escola, tanto pelas crianças, quanto por seus responsáveis foi de grande aprendizado para as comunidades envolvidas como um todo. A professora da comunidade relata que a partir da vivência desta situação as mães e os pais das crianças passaram a dar mais valor ao trabalho dela, participam mais da vida escolar dos filhos e assim como as crianças, passaram a perceber quão significativa e importante é a educação do campo, no campo. Foi um movimento de fortalecimento da identidade da educação do campo e da identidade das próprias comunidades envolvidas, que como bem colocara a professora entrevistada: “percebemos que a escola era o único bem de Estado que tínhamos na comunidade, quando nos demos conta iríamos ficar sem ela...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados deste estudo demonstram que o processo de fechamento da Escola Marcolino de Freitas Barros ocorreu de forma ilegal, pois não seguiu o que estabelece a lei que regulamenta o fechamento das escolas do campo. A lógica vigente no Brasil, quando analisado o fechamento das escolas do campo é a lógica colonial, de

⁵⁵⁰ (BRASIL, 2007).

desconsideração e inferiorização das populações rurais, mas os movimentos sociais tem demonstrado que persistem, resistem e conquistam direitos.

A luta pela educação do campo não finaliza com a positivação de direitos, são marcos normativos importantes, no entanto, a realidade tem mostrado que só através da luta se consegue a efetivação destes direitos, principalmente para as populações historicamente esquecidas pelo estado. De acordo com Gohn (2011) a aprendizagem no interior de um movimento social, durante e depois de uma luta, são múltiplas, tanto para o grupo como para indivíduos isolados.

As estratégias de luta utilizadas pelos mais diversos movimentos sociais na produção e reprodução dos espaços vividos são importantes fontes de aprendizados e precisam ser incorporados e estudados no âmbito acadêmico, como forma de fortalecer o movimento pela educação do campo. Trazer estes sujeitos para construir as propostas da educação do campo é preponderante no processo de enfrentamento das relações capitalistas que tendem a homogeneizar as diferenças.

O processo de luta pela reabertura da escola constitui-se como importante fundamento didático-pedagógico tanto para os sujeitos das comunidades rurais que participaram do processo de luta pela permanência da escola, quanto para afirmação identitária da educação do campo, que aprenderam que somente através do movimento é possível reagir à opressão, sendo este um fundamento precípuo da educação do campo e da conquista da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadernos Secad 2**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

_____. **Lei nº. 12.960**, de 27 de março de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 mar., 2014. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=28/03/2014>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

CALDART, Roseli Saete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgard Jorge; CERIOILLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: organização nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

CALDART, Roseli Saete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**.v.7.n.1, 2009. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. O processo de fechamento de escolas rurais no estado do rio de janeiro: a nucleação escolar analisada a partir da Educação do campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEORGRAFIA AGRÁRIA.21., 2012, Minas Gerais. **Anais eletrônicos...**2012. Uberlândia: ENGA, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1066_1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47, p.333-361, 2011. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010.

MMF. [*carta*] mar.2015.Comunidade Carnaúba de Cima, Sumé [para] PREFEITO, Senhor., Sumé. 2f. Reivindica reabertura da escola Marcolino de Freitas Barros, no município de Sumé.

FSK. Movimento de resistência: depoimento. [8 de julho,2016]. Sumé: Rádio Cidade Sumé. Entrevista concedida a Carla Mailde Feitosa Santa Cruz.

LOCKS, Geraldo Augusto; GRAUPE, Mareli Eliane; PEREIRA, Jisilaine Araújo. Educação do campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios. **Revista Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 131-154, 2015.

MIRANDA, Josinalda Neusa de Souza. **Política de Nucleação das Escolas do Campo**: um estudo sobre a constituição da educação do campo e sua relação com o processo de nucleação. Paraíba. 2014.60 f. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação). Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

SANTOS, Gilvan. Não vou sair do campo. IN: **CDs de Gilvan Santos**. Disponível em:< <http://www.lettras.com.br/gilvan-santos/nao-vou-sair-do-campo>>. Acesso em: 15 set.2015.

SILVA, Janssen Felipe da; MAINAR, Alcione Alves da Silva; SILVA, Filipe Gervásio Pinto da; SILVA, Jéssica Lucilla Monteiro da. Paradigmas da Educação do Campo:um olhar a partir dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.22, n.2,p. 9-38, out. 2014.Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5100/3680>> . Acesso em: 30 jun. 2016.